

ENERGISA GOIAS TRANSMISSORA
DE ENERGIA I S.A.

RESULTADOS
2025



ENERGISA GOIAS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

ENERGISA GOIAS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	315	193
Aplicação no Mercado Aberto	5.2	9.470	13.378
Concessionárias e permissionárias	6	4.762	5.453
Tributos a recuperar	7	508	183
Concessão do serviço público (ativo do contrato)	10	50.118	47.783
Devedores diversos		58	220
Outros créditos		3.722	2.590
Total do circulante		68.953	69.800
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	7	29	546
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	507.263	495.319
		507.292	495.865
Intangível		121	32
Total do não circulante		507.413	495.897
Total do ativo		576.366	565.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA GOIAS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	3.283	3.912
Impostos e contribuições sociais	12	985	741
Salários a pagar		61	60
Participações de empregados e administradores		226	203
Obrigações estimadas		81	62
Encargos setoriais		475	511
Outras contas a pagar		2.357	1.239
Total do circulante		7.468	6.728
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	12	20.556	19.973
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	18.416	16.587
Encargos setoriais		270	196
Total do não circulante		39.242	36.756
Patrimônio líquido			
Capital social	13.1	267.964	267.964
Reservas de capital	13.2	533	393
Reserva especial de dividendos	13.5	51.592	51.592
Reservas de lucros		209.567	202.264
Total patrimônio líquido		529.656	522.213
Total do passivo e patrimônio líquido		576.366	565.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA GOIAS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas		7.532	7.156
Remuneração do ativo do ativo de contrato de Concessão		58.434	59.447
Receita operacional líquida	14	65.966	66.603
Custo de operação	15	(1.800)	(5.414)
Lucro bruto		64.166	61.189
Despesas gerais e administrativas	15	(4.838)	(3.310)
Outras receitas	2	2	-
Outras despesas	-	-	(10)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		59.330	57.869
Receita Financeira	16	2.242	4.358
Despesa Financeira	16	(36)	(23)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		2.206	4.335
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		61.536	62.204
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(2.934)	(2.975)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	(1.829)	(1.752)
Lucro líquido do exercício		56.773	57.477
Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	17	0,22	0,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA GOIAS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Prejuízo do exercício	17	56.773	57.477
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício		56.773	57.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA GOIAS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	267.964	340	17.607	168.813	32.373	51.592	-	538.689
Pagamento de dividendos adicionais propostos conforme AGO 26/04/2024	13.1	-	-	-	(32.373)	-	-	(32.373)
Programa de Remuneração Variável (ILP)	13.2	-	53	-	-	-	-	53
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	57.477	57.477
Proposta de destinação do lucro líquido:								-
Reserva Legal	13.3	-	-	2.874	-	-	(2.874)	-
Dividendos	13.6	-	-	-	-	-	(41.633)	(41.633)
Dividendos adicionais propostos	13.6	-	-	-	12.970	-	(12.970)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	267.964	393	20.481	168.813	12.970	51.592	-	522.213
Pagamento de dividendos adicionais propostos conforme AGO 26/04/2025	13.1	-	-	-	(12.970)	-	-	(12.970)
Programa de Remuneração Variável (ILP)	13.2	-	140	-	-	-	-	140
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	56.773	56.773
Proposta de destinação do lucro líquido:								-
Reserva Legal	13.3	-	-	2.839	-	-	(2.839)	-
Dividendos	13.6	-	-	-	-	-	(36.500)	(36.500)
Dividendos adicionais propostos	13.6	-	-	-	17.434	-	(17.434)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	267.964	533	23.320	168.813	17.434	51.592	-	529.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA GOIAS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Geração do valor adicionado			
Receitas			
Remuneração do ativo de contrato da concessão	14	58.434	59.447
Outras receitas		10.782	10.407
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15	(1.300)	(1.075)
		67.916	68.779
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros	15	(1.422)	(4.407)
Outros custos operacionais	15	(1.099)	(1.047)
		(2.521)	(5.454)
Valor adicionado bruto		65.395	63.325
Retenções			
Depreciação e amortização	15	-	(2)
Valor adicionado líquido produzido		65.395	63.323
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	16	2.242	4.358
Valor adicionado a distribuir		67.637	67.681
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		2.053	1.692
Benefícios		180	52
FGTS		130	86
Impostos, taxas e contribuições			
Federais			
Tributos		7.735	7.632
Obrigações Intra-setoriais		722	702
Municipais		5	5
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	16	36	23
Aluguéis		3	12
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	13.6	53.934	54.603
Lucros retidos		2.839	2.874
		67.637	67.681

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA GOIAS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	17	56.773	57.477
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	8	4.763	4.727
PIS & COFINS correntes e diferidos	12	(521)	(599)
Receitas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	16	(2.103)	(4.344)
Amortização e Depreciação	15	-	2
Provisão para Créditos de liquidação duvidosa	6	1.301	1.075
Remuneração do ativo de contrato da concessão	10	(58.434)	(59.447)
Pagamento baseado em ações	11	140	53
Redução (aumento) dos ativos			
Tributos a recuperar	7	192	(546)
Concessionárias, Permissionárias e Concessão do serviço público (ativo de contrato)	6	43.545	41.956
Outros créditos		(1.110)	(1.600)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	11	(629)	(2.862)
Encargos setoriais		178	162
Salários a pagar		1	-
Obrigações estimadas		19	62
Tributos e contribuições sociais e tributos diferidos	8	650	727
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.236)	(3.368)
Outras contas a pagar		1.141	1.442
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		43.670	34.917
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		6.011	49.795
Aplicações em Linhas de Transmissão de Energia		-	(37)
Aplicações no imobilizado e intangível		(89)	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos		5.922	49.758
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos		(49.470)	(84.737)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento		(49.470)	(84.737)
Variação líquida do caixa		122	(62)
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	5.1	193	255
Caixa e equivalentes de caixa finais	5.1	315	193
Variação líquida do caixa		122	(62)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA GOIÁS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2025
(Em milhares de reais)

1 - Base de Cálculo	2025			2024		
Receita líquida (RL)	65.966			66.603		
Resultado operacional (RO)	61.536			62.204		
Folha de pagamento bruta (FPB)	2.223			1.735		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	149	6,70%	0,23%	38	2,19%	0,06%
Encargos sociais compulsórios	377	16,96%	0,57%	328	18,90%	0,49%
Previdência privada	59	2,65%	0,09%	47	2,71%	0,07%
Saúde	24	1,08%	0,04%	8	0,46%	0,01%
Segurança e saúde no trabalho	6	0,27%	0,01%	5	0,29%	0,01%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	40	1,80%	0,06%	-	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	540	24,29%	0,82%	578	33,31%	0,87%
Outros	7	0,31%	0,01%	5	0,29%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos	1.202	54,06%	1,83%	1.009	58,15%	1,52%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	8	0,01%	0,01%	9	0,01%	0,01%
Cultura	5	0,01%	0,01%	4	0,01%	0,01%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	13	0,02%	0,02%	14	0,02%	0,02%
Tributos (excluídos encargos sociais)	7.363	11,97%	11,16%	7.309	11,75%	10,97%
Total - Indicadores sociais externos	7.376	11,99%	11,18%	7.323	11,77%	10,99%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	99	0,16%	0,15%	280	0,45%	0,42%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	168	0,27%	0,25%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	267	0,43%	0,40%	280	0,45%	0,42%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2025			2024		
Nº de empregados(as) ao final do período	7			7		
Nº de admissões durante o período	2			3		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	3			-		
Nº de estagiários(as)	-			-		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1			1		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	-			-		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,00%			0,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	7			7		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	-			-		

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2025			Metas 2026		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	15,8			15,8		
Número total de acidentes de trabalho	-			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivar e seguirá a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa -	no Procon -	na Justiça 2	na empresa -	no Procon -	na Justiça 2
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa -	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2025: 67.637			Em 2024: 67.681		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	13% governo 3% colaboradores(as) 80% acionistas 0% terceiros 4% retido			12% governo 3% colaboradores(as) 62% acionistas 0% terceiros 23% retido		
7 - Outras Informações	2025			2024		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos	-			-		
7.1.1 - Investimento da União	-			-		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-			-		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-			-		
7.2 - Programa de eficiência Energética	-			-		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	100			265		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	100			265		

ENERGISA GOIAS TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (“Companhia” ou “EGO I”), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de junho de 2017, e tem como objeto social explorar concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica.

1.1 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

A controladora indireta Energisa S/A foi vencedora do lote do Leilão de Transmissão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) da concessão da linha de transmissão de Goiás (lote 3), ocorrido em 24 de abril de 2017, na Bovespa, em São Paulo.

Em 11 de agosto de 2017, foi assinado o contrato de concessão nº 24/2017 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 11 de agosto de 2047, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no Estado de Goiás, compostas pela Linha de Transmissão Rio Verde Norte - Jatai, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 136 km, com origem na Subestação Rio Verde Norte e término na Subestação Jatai; pelo pátio novo de 230 kV na SE Rio Verde Norte, 500/230 kV, (6+1R) x 224 MVA, conexões de unidades de transmissão, entradas de linha, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

A controladora indireta Energisa S/A foi vencedora do lote do Leilão de Transmissão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) da concessão da linha de transmissão de Goiás (lote 3), ocorrido em 24 de abril de 2017, na Bovespa, em São Paulo.

Em 14 de março de 2020, a Companhia iniciou suas operações energizando a linha de transmissão. A obra foi concluída em 31 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 17 meses frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica pertencentes a rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN por um exercício de 30 anos são:

I – Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II – Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV – Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;

V – Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI – Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e

VII - Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

1.2 Principal assunto Regulatório

1.2.1 Reajuste Tarifário Anual

A Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.481, de 15 de julho de 2025, estabeleceu a RAP da Companhia, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026. A RAP da companhia é reajustada pelo IPCA (+5,32%).

A seguir, a RAP da Companhia reajustada sem considerar a parcela de ajuste (PA):

Concessão	Contrato de concessão	Rede Básica	Ciclo 2025-2026	Ciclo 2024-2025
		RBL		
EGO I	024/2017	54.917	54.917	52.143

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas

as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 6 – Concessionárias e permissionárias: Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa – PECLD;
- II. Nota explicativa nº 8 – Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: Análise da recuperabilidade dos tributos diferidos;
- III. Nota explicativa nº 10 – Concessão do serviço público (ativo de contrato): valor recuperável para o ativo de contrato;
- IV. Nota explicativa nº 19 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo;
- V. Nota explicativa nº 20 – Benefícios pós emprego: principais premissas atuariais na mensuração dos benefícios pós emprego.

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Práticas materiais

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender

compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial, depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida, a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas, que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de

negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício, e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2025, compreendem os saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do

resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado – após o reconhecimento inicial, os passivos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente;

c. Concessionárias e permissionárias – refere-se aos valores de contas a receber de faturas emitidas pelo Uso do Sistema de Transmissão, contabilizada com base no regime de competência, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de concessionárias e permissionárias de curto prazo utilizando matriz de perda baseada em histórico de inadimplência, ajustada por informações atuais e projeções futuras, quando aplicável.

Para fins de avaliação da recuperabilidade dos créditos, a Companhia utiliza informações disponíveis sobre os agentes devedores, tendo como principal referência os relatórios de casos especiais divulgados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que consolidam dados relacionados à inadimplência no âmbito do segmento de transmissão. Adicionalmente, a análise contempla o envelhecimento dos saldos a receber, com especial atenção aos créditos com vencimento superior a 360 dias, os quais são objeto de avaliação individualizada, em consonância com a metodologia de perdas esperadas adotada pela Companhia.

Parcela dos saldos provisionados refere-se a Avisos de Créditos Complementares (AVCs complementares), associados a encargos rescisórios previstos nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), conforme regulamentação da ANEEL.

d. Ativo de contrato de concessão – corresponde ao contrato de concessão nº 24/2017 do serviço público de transmissão de energia elétrica, firmado entre o Poder Concedente e a Companhia. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para a aplicação

do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, está atendido de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica.

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e implementar; e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão.

O ativo de contrato da concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês, pela satisfação da obrigação de desempenho de construir, torna-se um contas a receber.

O valor do ativo de contrato da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 6% a 10% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o Poder Concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção, decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto, obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção;

e. Imposto de renda e contribuição social – a Companhia adota o regime de tributação com base no lucro presumido, com apuração trimestral nos meses de março, junho, setembro e dezembro, mediante o qual os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor efetivamente pago ou a pagar às autoridades

fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela que exceder R\$ 60 mil por trimestre (R\$ 240 mil no ano), aplicados sobre a base de cálculo presumida correspondente a 8% da receita bruta, acrescida das demais receitas sujeitas à tributação, tais como receitas financeiras e ganhos de capital, tributadas integralmente ou com percentuais de presunção específicos conforme a legislação aplicável. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo presumida correspondente a 12% da receita bruta, acrescida das demais receitas tributáveis pelos mesmos critérios aplicáveis ao IRPJ.

A Companhia reconhece tributos diferidos exclusivamente sobre diferenças temporárias específicas decorrentes de divergências entre o regime de competência contábil e o regime de caixa aplicável à tributação no lucro presumido, conforme previsto no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. As principais diferenças temporárias referem-se a receitas reconhecidas contabilmente pelo regime de competência, mas tributadas apenas quando efetivamente recebidas. Os tributos diferidos são contabilizados no resultado do exercício à medida que as diferenças temporárias se originam ou se reverterem.

Em conformidade com o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza.

f. Receita operacional – as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes, de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são:

Remuneração do ativo de contrato: refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 6% a 10% ao ano;

Receita de operação e manutenção: refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade da infraestrutura de transmissão;

g. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) – estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e

h. Demonstração do valor adicionado – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability, emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas e Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalentes de caixa

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	315	193
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante	315	193

5.2 Aplicações no mercado aberto

	2025	2024
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽¹⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	6	253
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	5	10
Compromissadas	712	2.451
Fundo Multimercado	1.048	607
Fundo de Renda Fixa	5.019	6.641
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	1.162	1.421
Letra Financeira (LF)	1.112	1.494
Nota de crédito	13	32
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	179	469
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	214	-
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante	9.470	13.378

⁽¹⁾ Fundos de investimentos exclusivos são estruturados com o objetivo de maximizar a rentabilidade com o menor nível de risco.

A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale a 100,3% (99,3% em 2024) do CDI.

6. Concessionárias e Permissionárias

	2025	2024
Contas a receber de demais clientes	7.137	6.528
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa – PECLD ⁽¹⁾	(2.375)	(1.075)
Total – circulante	4.762	5.453

⁽¹⁾ Refere-se basicamente aos saldos a receber de encargos rescisórios de agentes do SIN emitidos pela ONS a favor das transmissoras de energia elétrica, ocorrido de forma excepcional durante o exercício, onde a Companhia avaliou que sua recuperabilidade é de difícil recebimento e, portanto, efetuou o reconhecimento da provisão para perdas.

Segue demonstração do saldo por idade de vencimento:

	2025	2024
A vencer	4.265	4.089
Vencidos até 90 dias	152	451
Vencidos até 180 dias	424	146
Vencidos até 360 dias	290	369
Há mais de 360 dias	2.006	1473
Total – circulante	7.137	6.528

Os vencimentos são programados em até 30 dias após a data de emissão das faturas.

7. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2025	2024
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ	531	710
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	6	14
Contribuição ao PIS e à COFINS	-	5
Total	537	729
Total – circulante	508	183
Total – Não circulante	29	546

8. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2025	2024
Passivo		
Imposto de Renda	(13.541)	(12.196)
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	(4.875)	(4.391)
Total – passivo não circulante	(18.416)	(16.587)

As diferenças temporárias, considerando a presunção do regime de tributação, são:

	2025		2024	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Concessão do serviço público – ativo de contrato	(54.090)	(18.391)	(48.785)	(16.587)
Receitas financeiras – diferença temporária (competência x caixa)	(75)	(25)	-	-
Total – Passivo não circulante	(54.165)	(18.416)	(48.785)	(16.587)

Em 2025 e 2024, a despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

Regime lucro presumido	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	69.215	69.215	68.065	68.065
Alíquotas de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	5.538	8.307	5.445	8.168
Receita da prestação de serviços	-	-	1.790	1.790
Alíquota de presunção	32%	32%	32%	32%
Base de cálculo	-	-	573	573
Receita sobre aplicações financeiras	3.659	3.659	7.219	7.219
Outras receitas financeiras	140	140	14	14
Base de cálculo	3.799	3.799	7.234	7.234
Base de cálculo total	9.337	12.106	13.252	13.252
Alíquota	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL	(1.400)	(1.089)	(1.988)	(1.438)
Adicional IRPJ (10% da base superior a R\$20 por mês)	(910)	-	(1.301)	-
Efeito do regime tributário - LC 224/2025 ⁽¹⁾	(886)	(478)	-	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(3.196)	(1.567)	(3.289)	(1.438)

⁽¹⁾ A lei complementar nº 224/2025 determinou o acréscimo de 10% sobre os percentuais de presunção vigentes do IRPJ e da CSLL, incidente sobre a parcela da receita bruta anual que exceder R\$ 5.000.000,00, proporcional por período e por atividade. Para a Companhia, cujas receitas de transmissão estão sujeitas aos percentuais de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL), a majoração implica elevação de 0,8 p.p. e 1,2 p.p., respectivamente, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026 para o IRPJ e 1º de abril de 2026 para a CSLL.

Em conformidade com o CPC 32, que exige a mensuração dos tributos diferidos passivos com base nas alíquotas legalmente promulgadas ao final do período de reporte, a Companhia constituiu complementarmente o passivo diferido sobre o ativo de contrato de concessão, correspondente ao efeito incremental de 0,8 p.p. (IRPJ) e 1,2 p.p. (CSLL) sobre a diferença temporária tributável apurada em 31 de dezembro de 2025."

9. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Energisa Transmissão de Energia S/A (100% do capital total), que por sua vez é controlada pela ENERGISA S/A, (99,99% do capital total).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados	Serviços prestados ⁽¹⁾	Compartilhamento ⁽³⁾	Saldo a pagar
Energisa S/A ⁽²⁾	(646)	-	(343)	(133)
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	-	241	(10)	(1)
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	165	(4)	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	618	(29)	(3)
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	-	140	(3)	-
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	-	377	(49)	(5)
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	-	267	(123)	(7)
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	-	74	(56)	(5)
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	-	111	(3)	-
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	-	230	(5)	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	-	-	(9)	-
2025	(646)	2.223	(634)	(154)
2024	(3.620)	1.914	(617)	(104)

⁽²⁾ Referem-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão;

⁽³⁾ **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - referem-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;

⁽⁴⁾ Em 29 de março de 2022, foi firmado contrato de compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao exercício de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022;

Remuneração dos administradores

	2025	2024
Remuneração dos membros da Diretoria	480	435
Outros Benefícios ^(*)	327	357

^(*) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, plano de saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes relativas ao mês de dezembro de 2025 foi de R\$41 (R\$37 em 2024). A remuneração média no exercício de 2025 de R\$41 (R\$37 e R\$34 em 2024), respectivamente.

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de longo Prazo - ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um plano de - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção

de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *units* da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações *units* em andamento: (i) 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de *Restricted Shares (Matching)*, iniciado em dezembro de 2023 e o segundo *Performance Shares*, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2026, (ii) o 7º Programa, que se divide em três, sendo dois de *Restricted Shares (Matching, Extraordinário)* e o terceiro de *Performance Shares*, ambos iniciados em maio de 2024, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2027 e (iii) 8º Programa, que se divide em três, sendo dois de *Restricted Shares (Matching, Extraordinário)* e o terceiro de *Performance Shares*, ambos iniciados em maio de 2025, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2028.

O 6º, 7º e 8º Programas de *Performance Shares* são associados as condições de performance *Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11)*, que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º, 7º e 8º Programas de *Restricted Shares* são associados ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de *units* ENGI11 e, após o período de *vesting*, caso não tenha ocorrido nenhuma movimentação nas *units* por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de *units* compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) *unit* adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) *unit*, adicionadas das *units* extraordinárias para os beneficiários elegíveis.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	Programa Restricted Shares			Programa Performance Shares				Programa Extraordinário	
	6º Outorga	7º Outorga	8º Outorga	5º Outorga	6º Outorga	7º Outorga	8º Outorga	7º Outorga	8º Outorga
Método de Cálculo	Último pregão	Último pregão	Último pregão	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão
Total de opções de Ações (<i>units</i>) outorgadas	2.249	2.479	3.231	3.563	2.249	2.479	3.231	1.113	1.113
Opções de Ações (<i>units</i>) prescritas	N/A	N/A	N/A	3.563	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Data da aprovação do Conselho de Administração	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2025	12/05/2022	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2024	08/05/2024
Data de início <i>vesting</i>	11/12/2023	18/05/2024	12/05/2025	13/05/2022	30/10/2023	09/05/2024	12/05/2025	18/05/2024	18/05/2024
Prazo de carência	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	N/A	N/A	N/A	0,1255	0,1109	0,1097	0,1347	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	N/A	N/A	N/A	D11F2025	D11J2026	D11J2027	D11J2028	N/A	N/A
Volatilidade ⁽¹⁾	N/A	N/A	N/A	0,3488	0,2803	0,2728	0,2673	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	51,75	46,79	45,05	37,9	44,11	48,56	41,38	46,79	45,05
Movimentação	Em operação	Em operação	Em operação	Encerrado	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

⁽¹⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE - "Índice de Energia Elétrica e seus pares" para o *Total Shareholder Return* - TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 (um) ano anterior à data de outorga do programa.

Em 20 de maio de 2025, foram assinados os termos de quitação e ciência do 5º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de *units* previstos no programa, em decorrência do não atingimento do Fator de Desempenho contratado.

Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2025.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a empresa apurou o valor justo das ações *units* restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pró rata *temporis*", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações *units*.

No exercício findo em 2025, foram contabilizados R\$140 (R\$53 em 2024) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações (*Units*) na demonstração do resultado do exercício na rubrica custos e despesas operacionais - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido ao final de 2025 foi de R\$533 (R\$393 em 2024).

10. Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47/ IFRS 15.

A Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

Seguem as movimentações do ativo de contrato ocorridas no exercício:

Ativo de Contrato de Concessão	2025	2024
Saldos iniciais	543.102	526.707
Receita de remuneração do ativo de contrato	58.434	59.447
Receita de operação e manutenção	6.348	6.190
Recebimento RAP	(50.503)	(49.242)
Saldos Finais	557.381	543.102
Circulante	50.118	47.783
Não Circulante	507.263	495.319

Descrição	
Linhas de Transmissão	LT 230 kV Rio Verde Norte - Jatai
Margem de construção	30,52%
Margem de operação e manutenção	12,57%
Taxa de remuneração ⁽¹⁾	6% a 10%
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custos incorridos	255.912
RAP anual	54.917

⁽¹⁾ A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, que reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

11. Fornecedores

	2025	2024
Materiais	-	48
Serviços	3.283	3.864
Total - circulante	3.283	3.912

12. Impostos e Contribuições sociais

	2025	2024
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	354	324
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	337	156
Contribuições ao PIS e à COFINS ⁽¹⁾	20.477	19.928
Encargos Sociais	335	276
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	28	22
Impostos e Contribuições Retidos	10	8
Total	21.541	20.714
Circulante	985	741
Não circulante	20.556	19.973

⁽¹⁾ PIS e COFINS reconhecidos sobre o ativo de contrato, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP - Receita Anual Permitida.

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital Social

O capital social em 2025 é de R\$267.964 (R\$267.964 em 2024), representando 260.143.058 (260.143.058 em 2024) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

13.2 Reserva de Capital

Em 2025, inclui o montante de R\$533 (R\$393 em 2024) referente ao Programa de Remuneração Variável implementado de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), nota explicativa nº 9.

13.3 Reserva de lucros – reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

13.4 Reserva de lucros – reserva de retenção de lucros

O montante da reserva de retenção de lucros no exercício findo de 2025 é de R\$168.813 (R\$168.813 em 2024), e foram retidos com base no orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração.

13.5 Reserva Especial de dividendos

O montante de reserva especial de dividendos no exercício de 2025 é de R\$51.592 (R\$51.592 em 2024), se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir de acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

13.6 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	56.773	57.477
Reserva legal – 5%	(2.839)	(2.874)
Lucro líquido ajustado	53.934	54.603
Dividendos obrigatórios (25%)	13.484	13.651
Dividendos pagos em 08 de julho de 2025 – R\$0,0461284650304 ⁽¹⁾	12.000	-
Dividendos pagos em 24 de setembro de 2025 – R\$0,02690827 ⁽¹⁾	7.000	-
Dividendos pagos em 27 de novembro de 2025 – R\$0,05381654 ⁽¹⁾	14.000	-
Dividendos pagos em 23 de dezembro de 2025 – R\$0,013454136 ⁽¹⁾	3.500	-
Dividendos a pagar – R\$0,1600385442 por ação ordinária	-	41.633
Dividendos adicionais propostos – R\$0,067019913 (R\$0,0498583610 em 2024) por ação ordinária ⁽¹⁾	17.434	12.970
Total dos dividendos	53.934	54.603
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

⁽¹⁾ Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 11 de junho, 07 de agosto, 06 de novembro e 15 de dezembro de 2025, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 30 de novembro de 2025, respectivamente.

14. Receita operacional

	2025	2024
Receita de operação e manutenção	6.348	6.190
Receita de remuneração do ativo de contrato	58.434	59.447
Outras receitas	4.432	4.218
Total de receita operacional bruta	69.214	69.855
Deduções da receita operacional		
PIS Corrente	(357)	(347)
PIS Diferido	(93)	(107)
COFINS Corrente	(1.648)	(1.604)
COFINS Diferido	(428)	(492)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(522)	(508)
Taxa de fiscalização	(200)	(194)
Dedução da receita	(3.248)	(3.252)
Receita operacional líquida	65.966	66.603

15. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	De Operação	Despesas Gerais e Administrativas	2025	2024
Pessoal	949	1.658	2.607	2.085
Benefício pós emprego	8	51	59	47
Programa de remuneração variável (ILP)	-	140	140	53
Material	202	27	229	54
Serviços de terceiros	400	793	1.193	4.353
Depreciação e amortização	-	-	-	2
Provisão para crédito liquidação duvidosa	-	1.301	1.300	1.075
Outras	241	868	1.110	1.055
	1.800	4.838	6.638	8.724

16. Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	2.103	4.344
Juros Selic s/imposto a recuperar	132	1
Outras receitas financeiras	7	13
Total receitas financeiras	2.242	4.358
Despesas financeiras:		
Outras despesas financeiras	(36)	(23)
Total despesas financeiras	(36)	(23)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	2.206	4.335

17. Lucro por ação básico e diluído

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	56.773	57.477
Média ponderada das ações	260.143	260.143
Lucro líquido básico por ação - R\$⁽¹⁾	0,22	0,22

(1) A Companhia não possui instrumento diluidor.

18. Cobertura de Seguros

A política de Seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não são examinadas pelos auditores independentes.

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2025	2024
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	1	1
Responsabilidade Civil Geral	30/06/2026	90.000	4	17
Risco Operacional	30/07/2026	100.000	139	360
Transporte Nacional	30/07/2026	Até 5.000/viagem	-	2
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2028	802	2	-
			146	380

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo:

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa	2	315	315	193	193
Concessionárias e Permissionárias	2	4.762	4.762	5.453	5.453
		5.077	5.077	5.646	5.646
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2	9.470	9.470	13.378	13.378
		9.470	9.470	13.378	13.378

PASSIVO	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Fornecedores	2	3.283	3.283	3.912	3.912
		3.283	3.283	3.912	3.912

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 2025, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Gerenciamento de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da controladora indireta Energisa S/A) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

Gerenciamento dos riscos de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

20. Benefícios pós emprego

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados na modalidade de contribuição definida. Nesta modalidade, os benefícios de riscos são totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33 (R1).

A administração dos planos previdenciários é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

O plano de benefício patrocinado pela Companhia no exercício de 2025 é:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	· Aposentadoria; · Benefício por invalidez; · Pensão por morte.

Os planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

No exercício, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$59 (R\$47 em 2024), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício.

Número de participantes/beneficiários

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano vinculado à patrocinadora está apresentado a seguir:

	Quantidade	
	2025	2024
Ativos	5	3

21. Meio ambiente (*)

Na implantação e operação dos ativos de transmissão das controladas são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável de cada região.

Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo:

1. Programa de Monitoramento e Conservação da Fauna – Tem o objetivo principal monitorar as espécies da fauna terrestre, e assim, avaliar a influência dos impactos possivelmente gerados pela

implantação do empreendimento, fornecendo subsídios para proposição de medidas mitigadoras e de manejo, a médio e longo prazo, caso seja necessário.

2. Monitoramento e manejo da flora – A flora é contemplada em programas de monitoramento e manejo, tais como resgate de germoplasma (sementes), cujo objetivo é a proposição de medidas eficazes de conservação dos recursos biológicos e genéticos vegetais na área diretamente afetada pelo empreendimento, visando mitigar e compensar o impacto relacionado à perda de cobertura vegetal nativa; e programa de reposição florestal, cujo objetivo é realizar a compensação ambiental pela vegetação suprimida em decorrência da implantação do empreendimento, monitorando o sucesso das brotas, como forma de aferir a efetividade das ações implementadas, corrigindo-as sempre que necessário.

3. Controle e Monitoramento de Ruídos – o objetivo deste programa é monitorar o nível de ruído ambiente nas áreas vizinhas ao empreendimento, tornando possível aferir a relevância do impacto acústico nos receptores próximos e propor medidas preventivas e de controle sobre as fontes de perturbação sonora. Uma das metas desse programa é a manutenção dos níveis de ruído ambiente nas imediações da operação que garantam a manutenção da qualidade acústica recomendada pela norma ABNT NBR 10151:2000 para o ambiente de inserção do empreendimento.

4. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos – programa visa estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas que visem promover o controle e monitoramento de processos erosivos que possam ocorrer durante a instalação e operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos.

5. Gestão de Resíduos Sólidos – programas elaborados no âmbito do licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras, cujo objetivos são reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento.

6. Comunicação Social – programa busca estabelecer um fluxo de comunicação e informação entre os mais diversos públicos e o empreendedor, por meio da utilização de estratégias e canais de comunicação eficazes, utilizando linguagem clara, permitindo, então, o compartilhamento de informações de forma sistemática e transparente, visando reduzir ao máximo os conflitos potenciais e problemas relacionados à instalação do empreendimento.

Aspectos ambientais – A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. As licenças expedidas para as controladas são como segue:

Licenças expedidas				
Empresa	Órgão licenciador	Licenças Operação (LO), Instalação (LI) ou prévia (LP)	Data Emissão	Vencimento
EGO I	SEMAD/GO	LO 78/2020	17/02/2020	17/02/2030

No exercício findo em 2025, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R\$267 (R\$280 em 2024).

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

22. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2025	2024
Outras transações não caixa		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	58.434	59.447
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	-	3
Atividades de investimento		
Aplicações em linhas de transmissão de Energia	-	3

23. Eventos Subsequentes

23.1 Dividendos do exercício de 2025

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 12 de março de 2026, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2025, no montante de R\$17.434, equivalentes a R\$ 0,067 (reais) por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir do dia 25 de março de 2026, com base na posição acionária da Companhia em 12 de março de 2026.

Diretoria Executiva

Gabriel Mussi Moraes

Diretor Presidente

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi

Diretor de Transmissão

Maurício Perez Botelho

Diretor Administrativo

Gioreli de Souza Filha

Diretor

Rodolfo da Paixão Lima

Contador

CRC-RJ 107.310/0-0